

Paus-de-Arara e Pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI

João RUA

Departamento de Geografia e Meio Ambiente
da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
e-mail: Joaorua@vetor.com.br

Resumo

As migrações internas são consideradas atualmente como um fenômeno global (por afetarem quase todos os países). Baseadas num amplo e diverso conjunto de características históricas, culturais, simbólicas e sócio-econômicas, as migrações internas integram novas direções do desenvolvimento com vista a um papel mais importante no bem-estar nacional e regional, ao mesmo tempo que fortalecem identidades, como no Brasil.

Este artigo procura retomar as principais linhas teóricas de abordagem do fato migratório, mostrando algumas limitações por elas apresentadas.

As migrações internas integram os arranjos espaciais brasileiros com a expansão das relações capitalistas para as áreas de fronteira, com a urbanização, a industrialização e a adoção de novas técnicas.

As últimas cinco décadas mostram importantes mudanças na direção dos movimentos migratórios, de acordo com as transformações na divisão interna do trabalho.

Palavras-chave: abordagens teóricas das migrações, desenvolvimento, migrações internas, Brasil.

Abstract

Internal migration is presently considered a truly global phenomenon, based on a broad and diverse set of historical, cultural, symbolic and socio-economic characteristics, integrating new development directions towards a greater important role in national and regional economic welfare and strengthening identities, as in Brazil.

This article aims to highlight the main theoretical branches through which migrations are analyzed, while pointing out some of the limitations that current theories on migration show.

Internal migration integrates the territorial arrangement in Brazil with the capitalistic expansion to the frontier areas and with the urbanization, industrialization and adoption of new technologies.

The last five decades show important changes in the direction of the migrant flows according to the transformations in the internal division of labor.

Keywords: theoretical approaches on migration, development, internal migration, Brazil.

Résumé

On considère aujourd'hui les migrations intérieures comme un phénomène mondial (elles affectent tous les pays) ; ces migrations reposent sur un ensemble de caractéristiques d'ordre historique, culturel, symbolique et socio-économique ; elles sont en conformité avec les nouvelles orientations d'un développement qui vise davantage le bien-être au niveau national et régional. En même temps, les migrations intérieures renforcent les identités, comme au Brésil.

Cet article entend mettre en perspective les principales théories sur le phénomène migratoire et présenter leurs limites.

Les migrations intérieures suivent les évolutions des configurations de l'espace brésilien, dynamiques qui résultent de l'expansion des relations de capital vers les espaces frontaliers, de l'urbanisation, de l'industrialisation ainsi que de l'adoption de nouvelles technologies.

Ces cinquante dernières années, des changements notoires se sont opérés en matière de flux migratoires, en liaison avec les transformations de la répartition intérieure du travail.

Mots-clés : théories des migrations, développement, migrations intérieures, Brésil.

Introdução

Por mais paradoxal que possa parecer, nas duas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se delineava, com novas características, o já antigo

processo de mundialização/globalização, ganhavam visibilidade maior as questões relacionadas ao localismo que, através de suas variadas formas de manifestação impôs-se, como um movimento marcante, nas novas definições socio-espaciais que caracterizam o momento atual.

Observando o mundo com um pouco mais de atenção, veremos que ocorrem múltiplos processos simultâneos, intercambiados, interdependentes que resultam das diferentes formas de como cada parcela do espaço (com suas particularidades econômicas, políticas, sociais, culturais) se insere na chamada globalização, que está longe da homogeneidade/uniformidade que, de há algum tempo, vem sendo anunciada mas não concretizada.

A maior integração/interdependência econômica dos estados não impede que cada sociedade organize a sua política econômica e mantenha, pelo menos em parte, as bases culturais à sua maneira.

No âmbito das diferenças, parece que, com o fim da bipolaridade e da Guerra Fria, todos os choques e conflitos latentes, submersos na “velha ordem”, explodem em escalas variadas e demonstram que, se de um lado, buscamos a aldeia global macluhaniana ou “macdonaldizada”, do outro lado, os particularismos e localismos travestidos em conflitos étnicos, busca do reconhecimento de territorialidades conquistadas ou ocupadas, guerras religiosas, direitos de minorias, o que alguns autores chamam de choques de civilizações ou outras manifestações de cunho político/cultural, demonstram como se está longe daquela alardeada homogeneização globalizadora.

Fala-se muito da globalização como sinônimo de liberdade de circulação de ideias, de capital e de mercadorias. Entretanto são crescentes as manifestações limitadoras ao deslocamento de pessoas e um assédio xenófobo alastra-se, principalmente a partir dos anos noventa do século passado. Essas manifestações estão integradas ao aumento da intensidade da mobilidade espacial das populações derivado de crescentes constrangimentos de ordem política e/ou sócio-econômica (de difícil separação). Tais deslocamentos apoiam-se em redes sociais de natureza diversa (laços familiares, relações de vizinhança, identidade social e outras), e ocorre uma tentativa permanente de maior controle dos estados sobre suas fronteiras externas mas, também, em escala interna e local, esse controle se manifesta acompanhado de crescente intolerância para com “os de fora”.

A análise das migrações no contexto das relações internacionais ganha destaque quando os processos de mundialização põem em relevo a forma como os movimentos populacionais regionais interagem e tornam-se interdependentes. Os fluxos migratórios se inscrevem nos novos espaços sociais mundiais e participam largamente dos desafios lançados às regras de condução das relações inter-países, como nos lembram Badie e Wenden (1993).

Este é o contexto geral no qual se move o trabalho que ora apresentamos, e que tem como objetivos principais: analisar a importância das transformações econômicas, políticas e sociais como motivação para as migrações; ampliar a sensibilização para a importância da temática – migrações/deslocamentos humanos - como elemento relevante na construção da consciência social dos cidadãos; evidenciar a complexidade desses movimentos num país como o Brasil, que se percebe, no limiar do século XXI, como país de emigração, ainda com fortes fluxos migratórios internos, e participante de uma nova problemática ligada à imigração recente de estrangeiros e de refugiados.

1. Migrações: uma necessária reflexão inicial

Nesta primeira parte retomamos algumas considerações já efetuadas em Rua et al. (1993), em Rua (1995) e Rua (1997) que versam sobre esta temática. Os resultados do Censo demográfico de 2000 demonstraram, entretanto, que a complexidade da questão migratória brasileira se ampliou e novas indagações devem ser efetuadas, o que tentaremos fazer nas outras partes do trabalho.

Tradicionalmente, utilizando a visão neo-clássica, liberal, tem se explicado a mobilidade das pessoas, como o direito individual de ir e vir, como uma liberdade exercida por indivíduos livres. As migrações seriam um mecanismo de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões ou entre os setores econômicos onde haja “excedentes” de mão-de-obra e aqueles onde haja “falta”. Seriam fluxos entre áreas.

Autor emblemático dessa abordagem, para o Brasil, e que constitui marco referencial para sua época é Faissol (1973). Com uma abordagem quantitativa característica do momento (basta olhar a forma do trabalho e a bibliografia utilizada), aborda os movimentos migratórios através da teoria geral dos sistemas, vendo tais movimentos como subsistemas, nos quais se preocupa, principalmente, com o efeito das migrações para os locais de origem e de destino, com as etapas dos fluxos e com sua importância para a urbanização/metropolização. Vê as migrações como um problema para o desenvolvimento econômico e, paradoxalmente, como um regulador dos desequilíbrios regionais. Sua análise aparece muito marcada pelos resultados do Censo Demográfico do Brasil, de 1970, que permitia qualificar os fluxos migratórios de acordo com as principais variáveis demográficas.

Vainer (1996: 6), em sua crítica a essa abordagem, escreve que: *“fruto das diferenças entre as áreas, as migrações conduziram à eliminação dessas diferenças, ou seja, as migrações seriam resultado dos desequilíbrios sócio-econômicos no espaço e, ao mesmo tempo, atuariam como fator de*

correção desses desequilíbrios”. Entretanto alerta-nos para o fato de que nem todos os autores filiados à teoria neoclássica aceitam essa idéia de equilíbrio provocado pelos fluxos migratórios.

Adotar a concepção neoclássica das migrações implica deixar para segundo plano a preocupação com seu caráter histórico. As migrações apareceriam, em cada momento, como decorrência inevitável da vontade individual para o deslocamento rumo a melhores condições de vida, entendidas como níveis salariais mais elevados. Não haveria, nesta visão, problemas estruturais a gerar situações sociais que provocam a migração, como diz Povoá Neto (1995: 47). O espaço é concebido como um espaço de liberdade e a migração como o exercício dessa liberdade. As migrações são analisadas a partir de um olhar centrado na economia em que os migrantes são trabalhadores vistos como um fator de produção, tal como o capital e a terra.

Outra linha de análise dos movimentos migratórios é a histórico-estrutural que merece, também, algumas considerações e reparos. Esta corrente costuma destacar a vocação estrutural do capitalismo a um desenvolvimento desigual/desequilibrado no espaço. As relações campo-cidade, as diferenças entre regiões aparecem como fatores condicionantes e explicativos dos fluxos de população, como escreve Vainer (1996: 7) ao criticar tal abordagem.

Nessa visão deve-se enfatizar que a saída de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre o capital e o trabalho, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saída (fatores de expulsão) são priorizados em relação aos fatores de atração, que nunca teriam força suficiente para tirar as pessoas de suas famílias, de seu meio social. A idéia de migrações espontâneas é, fortemente, combatida, enfatizando-se o direcionamento dos fluxos de acordo com as necessidades do modelo econômico, responsável pelas determinações estruturais.

Para Povoá Neto (1997: 18), fica em segundo plano, neste enfoque, a questão da orientação dos fluxos migratórios. Como a ênfase é para os aspectos estruturais causadores da expulsão nas áreas de origem, a recepção dos migrantes nas áreas de destino é abordada mais sob o ponto de vista da adaptação do migrante a estas áreas (geralmente urbanas, e especialmente metropolitanas). O referido autor lembra, ainda, que *“há problemas, nessa visão, quando se trata dos estudos empíricos, em nível individual, e que é difícil a conciliação entre os níveis macro e micro de análise. Quer dizer, é difícil a compatibilização deste enfoque socialmente contextualizado com a análise da motivação individual do migrante. O pesquisador se encontra, muitas vezes, dividido entre, por um lado, o inquérito, a observação, o*

trabalho de campo e, por outro lado, o entendimento dos processos sociais segundo uma perspectiva mais ampla” (Povoa Neto, 1995: 13).

Um trabalho fundamental para se compreender essa abordagem, para o Brasil, é o de Singer (1975), no qual se enfatiza o caráter histórico das migrações e a importância da industrialização como “motor” para as migrações, ao provocar mudanças nas técnicas mas, principalmente, na divisão social do trabalho. Para esse autor “*a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas*” (Singer, 1975: 37). O espaço do movimento migratório é o país, como um todo, onde se reproduz a dicotomia desenvolvido x subdesenvolvido que se nota no plano internacional (p. 38).

Trata-se de uma visão bastante estruturalista em que os fatores de mudança (ligados ao desenvolvimento) se opõem aos fatores de estagnação (ligados à incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra) mostrando a constituição e articulação de disparidades e desigualdades espaciais. Na verdade, as migrações seriam fruto das necessidades do modelo econômico que direcionaria os fluxos para onde fosse mais conveniente num dado momento.

Embora esta segunda abordagem (histórico estrutural) focalize, com mais propriedade, as questões referentes ao processo migratório, ainda apresenta lacunas (além daquelas apresentadas por Póvoa Neto) que, de alguma maneira, vêm sendo explicitadas como, por exemplo as que Vainer (1996) aponta, relacionadas à necessidade de se dar conta dos deslocamentos e das localizações compulsórias. Para este autor, há uma parcela incalculável de pessoas que hoje vêm se elevar restrições concretas a seu livre deslocamento e localização, enquanto outras são alocadas ou realocadas em locais que não correspondem a suas preferências. Isto ocorre em escala mundial, onde se generalizam políticas restritivas ao ingresso de imigrantes, refugiados, repatriados etc, mas, também, em escala nacional, como veremos. Basta lembrar o caso da União Européia, com o Tratado de Schengen, que reforça as fronteiras externas; com o Tratado de Dublin, que a protege contra os aspirantes ao asilo político; e com o Tratado de Trevi, que a protege contra os terroristas como mostram Badie e de Wenden (1993).

O maior paradoxo em tempos de globalização da economia (incluindo o capital, o comércio, a cultura e o mercado de trabalho) é não se fazer valer o direito de migrar internacionalmente. O direito à liberdade de circulação interna para os cidadãos da União Européia, contrasta com as mais severas restrições ao ingresso dos de fora da União. A Europa torna-se um lugar para alguns e um *não-lugar* para a maioria (King, 1995: 25). Diz o mesmo autor que tais restrições se estendem, também, aos cidadãos da ex-cortina de ferro,

impedidos de sair de seus países durante o período da Guerra Fria e, até agora, impedidos de entrar naquele mundo que lhes era apresentado como paladino da liberdade.

De acordo com o autor supracitado, a maioria dos países do Primeiro Mundo teme uma imigração incontrolada, por causa da magnitude dos números que envolvem o movimento, por alegadas razões de segurança nacional, de identidade cultural e por questões de emprego, habitação e sistemas de assistência. Mas estas preocupações estão sendo politizadas e transformadas em restrições raciais. A racialização das políticas migratórias tem sido uma constante entre os países centrais. Os imigrantes “educados” são desejados, enquanto os indesejados são os pobres, analfabetos, de diferentes culturas, raças e religião. A limitação da migração torna-se um processo de exclusão social.

É preciso destacar que essas restrições alcançam também países acostumados à emigração, como os do Mediterrâneo europeu que, mesmo mantendo pequenos fluxos de saída, colocam-se, hoje em dia, como países de imigração. Desconhecendo toda a sua história migratória integram-se no “muro das limitações” ao estabelecer severas restrições à imigração e não procurarem melhores condições legais para a acolhida, como que esquecendo as agruras pelas quais boa parte de seus cidadãos passou ao fugir da miséria, da guerra e do desemprego que marcaram esses países até algumas décadas atrás.

Em escala brasileira numerosas prefeituras dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outros, apresentam, de forma aberta ou velada restrições ao ingresso de imigrantes, reproduzindo internamente, políticas que já dominam as relações internacionais.

É necessário reforçar a crítica à incoerência do discurso liberal/neoliberal que, ao enfatizar o livre-arbítrio e a decisão individual de migrar, esconde as razões estruturais que forçam os indivíduos à emigração; por outro lado é preciso analisar os limites da abordagem histórico-estrutural ao reduzir as migrações a um racionalismo econômico que não dá conta das migrações forçadas de natureza diversa. É Vainer (1996: 9) quem, mais uma vez nos diz que: *“Neste mundo liberal da liberdade, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os refugiados e expatriados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem de uma outra dupla dimensão da igualdade e da liberdade sob o capital; o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. No centro dos dois mundos, organizando-os e regulando suas relações, os estados e suas múltiplas agências, mais presentes do que nunca”*. Nesse sentido é necessário refletir sobre os diversos aspectos da liberdade em que a sujeição ao capital está sempre presente, tanto no que se refere ao crescimento da

população onde, em muitos lugares, se impõem medidas restritivas à fecundidade, quanto no que se refere às migrações quando se restringe a permanência ou o ingresso de indivíduos em países ou regiões.

Fundamental para o estudo das migrações é a contribuição de Gaudemar (1977) quando estabelece o antagonismo entre as duas concepções de mobilidade do trabalho. A primeira, produto da filiação clássica e neoclássica, voz hegemônica no discurso econômico contemporâneo. A segunda, menos explícita, é extraída da análise marxista da acumulação capitalista onde se percebem as migrações como pressupostos econômicos do trabalho social e como se dá a transformação da força de trabalho em mercadoria.

Esse autor discute o conceito de mobilidade e demonstra como esse processo evidencia a maneira com que os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Acrescenta que *“toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”* (p. 17 e outras). Ao desenvolver a idéia de “mobilidade forçada”, denuncia o uso pelo capital das disponibilidades dos homens e da docilidade de seus corpos, além de demonstrar como interessa ao Estado e aos agentes econômicos capturar e inserir na rede institucional os excedentes populacionais, fruto daquela mobilidade. Quando se analisarem as migrações internas no Brasil vai se perceber como se manifesta esta intervenção do Estado sobre o território e a importância do monitoramento de tal movimento, nesse processo.

A abordagem de Gaudemar constitui uma crítica às teorias das migrações já existentes e guarda alguma semelhança com o enfoque histórico-estrutural. Não pretende desenvolver outras teorias gerais das migrações mas focar detalhadamente a mobilidade do trabalho como uma necessidade fundamental do capitalismo.

Ao entender algumas migrações como verdadeiras “diásporas”, Bruneau (1995), valoriza o caráter étnico das migrações atuais e lembra que, mesmo vivendo no país de acolhida, os imigrantes, mantêm fortes laços afetivos e materiais com os países de origem. Lembra-nos como é difícil distinguir entre os que migram por razões políticas e os que o fazem por razões econômicas. São êxodos maciços que afetam populações numerosas como quando se fala das diásporas chinesa, indiana, armênia, assírio-caldáica, além da dos judeus, que serviu como modelo para a análise.

Uma linha de abordagem que se firma, cada vez mais, é aquela que enfatiza, para as migrações internacionais, os aspectos culturais (King, 1995). Para o autor, ao mesmo tempo que as migrações refletem o desenvolvimento desigual, também o acentuam. Diz que as migrações internacionais de trabalhadores criam “guetos ocupacionais”, bem como

concentrações espaciais de pessoas distintas culturalmente, desprovidas economicamente e marginalizadas socialmente (p. 22).

King (1995: 23) confirma que tem havido mudanças fundamentais nas migrações internacionais desde os anos 80, tanto na sua natureza, quanto nas forças que as provocam. Destaca o autor que (1) a mais importante tendência é a globalização das migrações, isto é, a incorporação de cada vez mais países ao sistema migratório global e que os países de destino recebem imigrantes de origem geográfica cada vez mais variada, com origens econômicas, sociais e culturais as mais diversas; (2) as migrações internacionais tornam-se mais diferenciadas, e que os países recebem uma maior variedade de tipos de migrantes - trabalhadores migrantes, de longa ou curta permanência, migrantes altamente qualificados, refugiados, migrantes ilegais, “commuters” (migrantes de poucos dias ou semanas), etc; (3) a aceleração das migrações conduz a um crescente volume dos deslocamentos; (4) há uma crescente importância das mulheres nos fluxos migratórios, acrescida pelo seu predomínio entre os refugiados; as migrações maciças de refugiados e requerentes de asilo têm sido uma característica dos anos 90, ao mesmo tempo em que os fatores de direcionamento dos fluxos migratórios têm mudado. Enquanto o trabalho no setor industrial tem sido reduzido, tem crescido a demanda por migrantes qualificados e por trabalhadores ocasionais para o setor informal da economia (embora com menor intensidade).

É preciso lembrar que a reestruturação dos processos produtivos e os novos formatos dos mercados locais de trabalho têm tendido a polarizar o trabalho entre migrantes qualificados (o mercado primário) e migrantes não qualificados (o mercado secundário). Para Sales (1994: 263), tal segmentação leva a que o mercado primário de imigrantes tenha as seguintes características: ocorra, predominantemente, via canais legais; ofereça contratos de acordo com a habilitação e não com as características étnicas do migrante; apresente maior mobilidade social para o migrante; exerça a função de suplementar a força de trabalho doméstica (autóctone) e não, principalmente, discipliná-la, como ocorre no mercado secundário. Seria, na opinião da autora, o típico processo migratório caracterizado como fuga de cérebros (ingl. *brain drain*). Já o mercado de trabalho secundário seria definido, de uma maneira geral, como aquele que pode comportar os empregos que requerem pequeno ou nenhum treino; por apresentar alta rotatividade dos trabalhadores; por ter pouca mobilidade social; por estar associado ao setor periférico da economia; por conter trabalhadores ilegais e temporários; por oferecer contratos de acordo com as características étnicas dos trabalhadores e não conforme suas habilitações; por ter a função de disciplinar o mercado de trabalho.

A autora citada dá destaque ao fato de que no mercado secundário os trabalhadores imigrantes são contratados mesmo quando existe suficiente oferta de trabalho doméstico, contribuindo, assim, para baixar o nível médio de salários nesse mercado o que cria algumas formas de competição direta ou indireta entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros.

Este segundo tipo de mercado de trabalho no qual as condições são as mais penosas, em que não há contribuições para o seguro social e onde “poucas perguntas são feitas” é ocupado por ondas de trabalhadores pós-industriais (King, 1995: 25), frequentemente clandestinos, que afetam os Estados Unidos, a Europa, os países do Golfo, o Japão e mesmo outros países, como o Brasil, por exemplo. Sua razão de ser, para o autor citado, é uma crescente desregulação e flexibilização do mercado de trabalho onde fortes pressões tendem a reduzir os custos do trabalho. Estes trabalhadores estão disponíveis para qualquer trabalho mal remunerado, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Outra importante contribuição para os estudos migratórios é apresentada por Sayad (1998) ao considerar a migração como um fato social completo em que a imigração e a emigração não podem ser analisadas separadamente mas sim em sua dupla dimensão de fato coletivo e individual (p. 13). Diz, o autor que *“com efeito, todo o itinerário do emigrante (emigrante de lá...) e do imigrante (imigrante aqui...) presta-se a um recorte em diferentes etapas que se constituem como outros tantos momentos e objetos privilegiados para a reflexão”*. Para ele o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, *“ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através de duas realizações culturais que são a língua e a religião)”* (p. 15). Ao enfatizar o retorno e a ordem da imigração na ordem das nações, chama a atenção para os paradoxos que marcam tais deslocamentos, como por exemplo, a situação vivida por migrantes magrebinos na França que, mesmo nascidos no país, não são franceses de fato. Esta duplicidade/integralidade, sintetizada na figura do migrante, é destacada por Petrus (2001) ao analisar a contribuição de Sayad aos estudos migratórios. Diz, a autora (p. 15) que *“para Sayad, os estudos migratórios não podem ignorar o paradoxo que o duplo caráter da migração nos coloca: que o imigrante e o emigrante são uma única e mesma pessoa. E que, segundo Sayad, as trajetórias dos emigrantes-imigrantes só podem ser analisadas e compreendidas se tomadas como expressões de um quadro social, político, econômico e cultural, sem contudo esvazia-las de suas peculiaridades e singularidades individuais”*.

Talvez a principal contribuição de Sayad (e que justifica destacá-lo das outras abordagens culturais) seja a de romper com o olhar etnocêntrico, “ocidental”, centrado na sociedade que recebe o imigrante, destituindo-o de

sua integralidade de indivíduo complexo ligado, simultaneamente, a duas realidades. Isto vai marcar tanto as migrações internacionais como as migrações internas, que estudaremos para o Brasil.

Os impasses do processo migratório marcam as relações internacionais, como já vimos, mas eles se reconhecem, também, em escala interna. No Brasil, as migrações de longa distância (Nordeste/Sudeste, Nordeste/Amazônia e Sul/Amazônia) que caracterizaram as décadas de 60, 70 e 80, parecem começar a ser superadas pelas migrações de curta distância (intra-regionais). Embora haja poucos dados censitários que demonstrem estas alterações, há evidências de que tais mudanças venham ocorrendo. Martine (apud Barros, 1994) afirma que *“as pessoas, hoje, preferem continuar vivendo onde estão” e que “há pólos regionais de desenvolvimento para onde se dirigem os pequenos e bem localizados movimentos migratórios hoje existentes no país”*.

As particularidades do desenvolvimento brasileiro aceleram um movimento de diferenças e desigualdades espaciais que, com seu conteúdo social, vão marcar cada época no último meio século de migrações em nosso país. Assim podemos dizer que cada momento do desenvolvimento brasileiro tem apresentado uma integração particular entre a lógica geral, muito marcada pelo econômico, mas não reduzida a ele, e as migrações com suas especificidades locais e regionais. Tudo isto em movimento de modernização e acelerando transformações gerais da sociedade das quais as migrações são efeito e condição importante para sua existência. Estas transformações implicam em explicações de caráter econômico, político, social/cultural, que nos obrigam a buscar formas de análise em que os diversos enfoques sejam revistos, pois que o processo migratório apresenta tal complexidade que nenhuma análise setorial dele vai dar conta.

2. O desenvolvimento brasileiro e as migrações internas nas últimas cinco décadas

O Brasil, nos últimos cinquenta anos, tem evidenciado uma trajetória marcada por profundas transformações. Não se trata apenas de um processo de modernização, simples de ser compreendido, mas de intensas mudanças que alteram o caráter geral do país, fundamentalmente agrário até meados do século XX, mas passando a um país de economia diversificada de escala mundial, dependente e integrada à globalização, sem deixar, e até acentuando, os problemas de desenvolvimento que vêm marcando seu percurso, principalmente aqueles relacionados à esfera social.

Em nosso país como um todo, percebe-se esse acelerado processo de modernização que, para muitos analistas, vai ser a tradução restrita da

modernidade, em seu viés instrumental ou concreto. Tal restrição seria evidenciada por uma modernização parcial, vista como conservadora, em que o sonhado desenvolvimento social, político e econômico, prometido pela modernidade tem sido reduzido a um mero crescimento econômico (chamado de desenvolvimento econômico, por muitos analistas) bastante desigual social e espacialmente, em que a qualidade de vida não tem sido alcançada nas suas múltiplas dimensões: a material (salário, renda, emprego, bens); a dos relacionamentos (afetivos, familiares, vizinhança); a da realização na criação (trabalho criativo que conecte o indivíduo com o mundo). Quase sempre se supervaloriza uma dimensão em detrimento das demais. Na atualidade se enfatiza a dimensão material e, nela, as desigualdades são ainda mais perceptíveis, já que facilmente mensuráveis. Isto torna-se mais grave naquelas regiões onde o Estado e os outros agentes de intervenção tenham diminuído sua atuação na esfera social, dificultando a possibilidade de alcance das três dimensões, ou de qualquer uma delas em particular, para a grande maioria da população.

Isto torna-se marcante quando constatamos que 25 milhões de brasileiros são considerados miseráveis e que, destes, 45%¹, residem no Nordeste, quase sempre a região de maior emigração do país, no período estudado. O Sudeste, teoricamente com maior crescimento econômico, concentrava 27% dos miseráveis, isto é, aqueles que têm como renda familiar até dois salários mínimos mensais (cerca de 140 dólares). A região Sul concentrava 13%.

Historicamente estas desigualdades têm se relacionado à intensa mobilidade de pessoas que buscam participar da modernização (e, efetivamente, participam com seu trabalho) e dos benefícios por ela prometidos seja em áreas urbanas, seja em áreas rurais, como veremos.

Devemos concordar com Sachs (2001: 491), quando escreve que “*a paciência e o otimismo fazem parte da índole brasileira. No entanto, é difícil imaginar que as levas sucessivas de brasileiros, deixados, geração após geração, à beira da estrada do progresso, nas barracas de plástico preto, acrescidos dos demais desencantados do processo de crescimento concentrador e excludente, continuem a se satisfazer com as promessas sempre renovadas de um radiante porvir. E que se conformem a suportar, hoje e amanhã, as injustiças sociais só por terem sido herdadas de um passado colonial e escravocrata. A cada ano que passa essa desculpa se torna menos plausível*”.

A crítica ao sentido da modernização brasileira tem sido recorrente na produção científica, até mesmo entre os economistas, como Fiori (2001) quando lembra que não foi traumático para as elites brasileiras o abandono, na década de 90, do projeto de construção de uma economia nacional

¹ De acordo com reportagem do jornal Folha de São Paulo – Mapa da Exclusão – publicada em 26/09/98.

industrializada, pois aderiu ao novo modelo de desenvolvimento liberal calcado na abundância de mais um ciclo de liquidez internacional. Além disso, ainda de acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento dos anos 90 contou com o apoio das mesmas forças conservadoras que se beneficiaram do projeto desenvolvimentista-industrialista das décadas anteriores, apoiado por capitais estatais associados aos capitais privados nacionais e estrangeiros, reforçando, atualmente, as mesmas regras e estruturas sociais e políticas excludentes que caracterizaram toda a trajetória da modernização brasileira durante o século XX.

Do ponto de vista social e político, o desenvolvimentismo brasileiro tem sido um projeto conservador e autoritário, sustentando-se numa coalizão de forças extremamente abrangente e heterogênea. Esse “pacto conservador” tem suas raízes no Brasil agrário e oligárquico mas suas regras básicas se mantêm vivas na modernização industrial brasileira, até os dias atuais. Essa opção política não gerou apenas uma enorme dispersão salarial e segmentação dos mercados de trabalho (com enorme informalização desses mercados), mas também a formação de um quadro de desigualdades sociais, individuais e regionais que caracteriza nosso país e vem alimentando intensa mobilidade populacional. As migrações internas no Brasil estão fortemente relacionadas com este quadro geral.

A história da ocupação do território brasileiro é uma história das migrações, que vêm atuando como verdadeiro elo de ligação entre as diferentes parcelas desse território. Às transformações que marcaram os diversos contextos sociais de nossa história, correspondem movimentos migratórios específicos fincados em distintas relações do mercado de trabalho de cada época, mas, também, em interesses, ideologias e simbologias que alimentaram tais movimentos.

Assim, a mobilidade espacial da população no território nacional participa de um quadro amplo de transformações que abrangem contextos históricos, políticos, econômicos e demográficos distintos integrados a processos de redistribuição de população. A intensa e rápida transição demográfica, a urbanização acelerada, o formidável movimento de esvaziamento dos campos – marcante até o início dos anos 90, a mobilidade interurbana, intermunicipal e inter-regional, a emigração para países estrangeiros e as novas correntes imigratórias, vêm definindo novos desenhos espaciais e, com complexidade crescente, colocando novos desafios para a sociedade brasileira.

Os imigrantes, basicamente portugueses, do período colonial, aos quais se somaram alguns milhões de escravos, fruto da retirada compulsória de populações africanas para as plantações e minas do Brasil, e homens livres, geralmente mestiços de branco com índio, que, desfrutando da mobilidade possível ou deslocados compulsoriamente pelo comércio escravista,

constituíram os grupos básicos para os deslocamentos populacionais, naquele período de nossa história.

Bassanezi (1996: 2) escreve que *“a história da imigração no Brasil inicia-se com os portugueses no início da colonização, visando a apropriação militar e econômica da terra. A implantação da grande lavoura de exportação deu origem ao tráfico de escravos africanos, um movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850 – abolição oficial do tráfico negreiro) e introduziu aqui cerca de 4 milhões de cativos”*.

É claro que, além dos movimentos externos e internos referidos acima, devem ser lembrados os deslocamentos compulsórios dos habitantes nativos, impedidos de permanecer nas terras que ocupavam e obrigados a fugir cada vez mais para o interior, na tentativa de se livrar dos predadores e procurando sustentar suas culturas. Para Gallois (2000: 5) *“Salvo raras exceções, essas terras (aquelas atualmente ocupadas pelos indígenas) não correspondem aos territórios historicamente ocupados por esses grupos, mas a fragmentos de espaços percorridos em histórias com mais de 500 anos, ou muito menos, levando-se em conta que muitas terras foram alcançadas e apropriadas recentemente, em processos de fuga ou de transferência forçada”*.

Apenas contando na atualidade com cerca de 300 mil índios, esses grupos de habitantes nativos não têm sido percebidos como movimentos migratórios importantes. Neste trabalho, referimo-nos a eles, reconhecendo-lhes a relevância histórica e cultural. É, entretanto, às migrações internacionais e internas de maior expressão numérica que, também nós, daremos ênfase.

Em meados do século XIX portugueses, suíço-alemães e outros chegaram ao Brasil para trabalhar, em regime de parceria, na cafeicultura do Oeste paulista. Muitos portugueses foram, também, dirigidos para as obras de infra-estrutura urbana e para a construção de caminhos e estradas (Bassanezi, 1996: 3).

A economia cafeeira do Sudeste, particularmente na segunda metade do século XIX, vai marcar um novo momento na integração entre as diversas partes do território brasileiro e nos movimentos migratórios internos e internacionais.

Foi somente a partir de meados dos anos 70 desse século e, sobretudo, após a libertação da escravatura em 1888, que a imigração internacional para o Brasil ganhou força. Tratou-se de uma grande onda migratória constituída de europeus e asiáticos (estes em menor número) que introduziu em terras brasileiras cerca de 5 milhões de imigrantes.

Foi o rápido crescimento dessa economia cafeeira, particularmente no estado de São Paulo (em menor expressão nos outros estados do atual Sudeste), que gerou capital para subsidiar a imigração estrangeira e

participar de investimentos em ferrovias, na industrialização e na urbanização, que criou condições para a imigração em grande escala.

Na história da imigração internacional para o nosso país explicitaram-se interesses antagônicos que marcaram os debates na sociedade brasileira de então e influíram nas políticas migratórias adotadas nos diferentes momentos (Bassanezi, 1996: 4).

Uma das propostas baseava-se na valorização da colonização por pequenas propriedades policultoras, destinadas à produção de gêneros alimentares para o mercado interno, à ocupação de áreas pouco povoadas ou, ainda, por razões geopolíticas, nas áreas contestadas, próximo ao Prata. A outra objetivava atrair mão-de-obra livre, assalariada, para a grande lavoura de exportação.

Até os anos 70 do século XIX privilegiou-se a primeira opção. Foi a época das colônias familiares do Sul e de algumas áreas do Sudeste. As zonas agrícolas em expansão continuavam a ser abastecidas com escravos oriundos das regiões de economia decadente (Vale do Paraíba e Nordeste).

A par do interesse no estabelecimento de colônias de povoamento com a intenção de produzir alimentos, e de dirigir alguns trabalhadores para a cafeicultura, havia a busca do “branqueamento” da população brasileira cujas elites, com suas teses eugênicas, buscavam o reforço dos alicerces europeus da sociedade brasileira. Vainer (2000: 15), assim se expressa, ao se referir a essa preocupação: *“várias e sistemáticas foram as iniciativas para povoar com gente branca livre e industriosa as vastas terras de um estranho e esquizofrênico Império tropical, que acalentava o sonho de transformar-se numa nação branca enquanto sugava sofregamente o sobretrabalho dos escravos negros”*.

Com exceção do período entre 1880 e 1909 em que entraram no Brasil 2.269.356 imigrantes estrangeiros – e os italianos foram, numericamente, os mais importantes – nos outros períodos o movimento mais intenso esteve a cargo dos portugueses. Segundo Bassanezi (1996, p. 8), entre 1872 e 1972 entraram no Brasil 1.662.180 portugueses, 1.622.491 italianos, 716.052 espanhóis, constituindo-se estas as mais significativas correntes migratórias internacionais para o nosso país. São ainda, numerosamente relevantes, no período, os japoneses (248.007) e os alemães (223.517). No total, ao longo do século referido foram 5.350.889 imigrantes estrangeiros entrados no Brasil.

A partir de 1940, a imigração internacional vai perdendo destaque (permanece relevante apenas para os portugueses, até a década de 1950) e abre espaço para o deslocamento dos trabalhadores nacionais que, ultrapassando os preconceitos contra sua alardeada “indolência” e “falta de qualificação”, acabam por tornar-se a base operativa do desenvolvimento brasileiro na segunda metade do século XX. É então que o Sudeste brasileiro

volta a se afirmar como o *locus* hegemônico da acumulação de capital, acelerando o movimento de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população mas, principalmente, das migrações internas originárias do campo da própria região e do Nordeste – celeiro de braços para a construção da nova economia brasileira e dos novos desenhos espaciais que em nosso território vão se suceder.

Brito (1996: 56) fala da incapacidade social de se formar um mercado de trabalho capitalista para a economia cafeeira e para as indústrias emergentes e que houve um lapso histórico entre a ausência (ou pouca significação) das migrações internas e a demanda por força de trabalho. Esse lapso foi preenchido pela imigração internacional. O próprio governo brasileiro, preocupado com o ativismo político de muitos imigrantes, desestimula a imigração e estabelece cotas, por nacionalidade, limitadoras das entradas. A crise econômica de 1929-30, as transformações na cafeicultura, grande sorvedora de braços estrangeiros e nacionais, e a expressiva urbanização e industrialização marcam as décadas seguintes, nas quais se percebe uma excepcional mobilidade interna da população brasileira. A maior integração econômica entre as regiões e a maior circulação de mercadorias, facilitadas pela melhoria acentuada das vias de transporte, propiciaram a unificação do mercado nacional e a expansão da rede urbana. Este quadro marcou os meados do século XX e serviu como “pano de fundo” para intensos movimentos que, a partir daí, se fortaleceram. Sem se considerar as migrações intra-estaduais, o número de migrantes interestaduais passou de 13 180 750 em 1970, para 21 622 102 em 1991 e alcançou os 26 056 925 de residentes fora de seu estado de origem no ano 2000 (data do último censo).

A intensidade das migrações internas no Brasil pode ser percebida e visualizada nos diferentes momentos da segunda metade do século XX e inícios do século XXI. A periodização proposta é apenas uma generalização com vistas a uma melhor compreensão dos intrincados processos que se manifestam nesses movimentos e está apoiada, sobretudo, em Sales e Baeninger (2000), Camarano e Abramovay (1999), em diversos textos que citaremos ao longo da apresentação e na análise dos últimos censos demográficos realizados.

3. As migrações internas no Brasil – “paus-de-arara” e “pardais”

Pelo que pudemos observar até agora, há uma interação muito forte entre ação do estado, modelo de desenvolvimento e migrações internas no

Brasil. Agora tentaremos mapear² os diferentes períodos e fases em que essa interação se explicita.

Num primeiro período – dos anos 40 aos 70 – o Nordeste descobre o Sudeste ou o que, para alguns autores (Camarano e Abramovay, 1999: 8), viria a constituir o “modelo pau-de-arara”³, que marcaria as primeiras décadas do período, mas se manteria como fluxo (sofrendo fortes alterações) até os dias atuais. Diversas fases podem ser observadas entre 1940 e 1970.

De acordo com Sales e Baeninger (2000: 35), as migrações internas, entre 1940-50, seguiram, basicamente, duas vertentes: os deslocamentos rumo às fronteiras agrícolas⁴ de então (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão) e rumo aos centros industriais do Sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo. Esse momento foi marcado por intenso êxodo rural com mais de 3 milhões de pessoas, somente nos anos 40, tendência que se acentuará nas décadas seguintes. Nos anos 50 foram 11 milhões de migrantes que deixaram as áreas rurais, em nosso país, quase metade saídos do Nordeste. É esse movimento que aparece marcado na figura 1, relativa a fluxos inter-regionais. A construção da estrada Belém-Brasília, a edificação da nova capital, a cafeicultura do Norte do Paraná e as grandes metrópoles do Sudeste, aparecem como principais destinações desses migrantes.

O Sudeste apresenta, também, forte êxodo rural em direção às grandes metrópoles –São Paulo e Rio de Janeiro. Foram, nos anos 50-60, mais de 4 milhões de migrantes a deixar o campo da própria região. O Sul apresenta forte mobilidade intra-regional, nessa fase. Parte dos migrantes dirige-se para as cidades da região. A maioria, oriundos do Rio Grande do Sul, entretanto, procura as fronteiras agrícolas do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste e Oeste do Paraná, onde iriam reproduzir a policultura em pequenas propriedades familiares, característica das áreas referidas. As migrações para áreas agrícolas do Centro-Oeste já vinham sendo esboçadas desde o período Vargas (1930-1945), com sua “Marcha para Oeste” e a criação de colônias agrícolas nacionais. Esse fluxo irá acentuar-se, nos anos 50, com a migração de nordestinos e mineiros para as obras de construção de Brasília.

² Os mapas apresentados, neste trabalho, foram elaborados a partir de reportagem da Revista Veja de 7/9/94 e do Censo Demográfico de 2000 e sofreram algumas alterações.

³ Pau-de-arara era o nome dado a um caminhão, transportador de mercadorias para o Nordeste, que, no retorno, transportava pessoas para cidades mais próximas do Sudeste, para portos do Rio São Francisco, de onde seguiam de barco para o Sudeste, ou diretamente para o Sudeste, quando as rodovias assim o permitiram. O nome do veículo foi estendido aos migrantes de origem nordestina, com forte cunho pejorativo.

⁴ A idéia de fronteira, no Brasil, refere-se às áreas novas para expansão do capital. Estas áreas já estiveram no Sul, no Centro-Oeste, e, mais recentemente na Amazônia. Quando se fala de fronteira “agrícola” (daqui em diante é assim que aparecerá), quer se dizer que, ao contrário do que muitos dizem, a fronteira nunca é exclusivamente agrícola. Ao contrário ela é, também, extrativa, industrial e urbana, como a chamada fronteira amazônica tem se apresentado.

Segundo Camarano e Abramovay (1999: 9), os anos 60 marcariam nova fase no período analisado. Manteve-se o movimento geral Nordeste-Sudeste, evidenciado no mapa já referido, mas intensifica-se o êxodo rural no próprio Sudeste, com seis milhões de pessoas deixando o campo da região, durante a década, metade de toda a migração rural nacional entre 1960 e 1970. As mudanças técnicas por que passou a agricultura da região (sobretudo em São Paulo), a erradicação de cafezais e sua substituição por pastagens e a dissolução de “colônias” de moradores das fazendas, que se seguiu à maneira autoritária como a legislação trabalhista foi implementada no campo, num contexto de ditadura militar,⁵ contribuíram para esse impressionante movimento de desruralização do Sudeste a que os autores supracitados denominam “aceleração do declínio caipira”.⁶ Mas, não pode deixar de ser enfatizado, que o governo autoritário busca uma ordem centralizadora do território, em que o restabelecimento da pax agrária latifundiária e o planejamento regional passam a ter papel fundamental (Vainer, 2000:25)

Figura 1- O Nordeste descobre o Sudeste como destino migratório

1940-1970

A viagem dos paus-de-arara



Fonte: Revista *Veja* de 7/9/1994 (adaptação do autor).

⁵ A ditadura militar, no Brasil, durou de 1964 até 1985, quando a campanha por eleições diretas abriu caminho para mudanças do regime político que levaram, após um governo transitório, eleito pelo congresso, às eleições gerais de 1989.

⁶ Habitante do campo, particularmente os de pouca instrução, e de convívio e modos rústicos.

Entre 1960 e 1970 cerca de 12,8 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, no país, enquanto a população urbana crescia de 31,5 milhões para 52 milhões de pessoas. Assim, o êxodo rural supera o crescimento vegetativo da população urbana.

É importante ressaltar, para esse período, a descoberta do trabalhador nacional que, integrado a um modelo dualista de desenvolvimento, em que o campo é o atrasado e a cidade é o moderno, e passa a ser direcionado para as cidades (metrópoles, principalmente) e para as regiões mais ricas. O país dos espaços vazios passa a ser percebido como o país dos excedentes demográficos, como nos demonstra Vainer (2000:24), ao escrever que *“nos anos 50 se tratará de criar as condições de esvaziar o Nordeste de centenas de milhares de sertanejos e, desta forma, amenizar a crise agrária – ou, dito de outra maneira, a pressão que estas multidões exercem, cada vez mais fortemente, sobre a estrutura latifundiária”*. Nesse sentido, percebe-se que a questão agrária vai sendo transformada em questão migratória, como nos lembra o mesmo autor, e que as migrações vão se tornando, paulatinamente, solução ao invés de problema social. Assim a ação do Estado autoritário, ao produzir intensas transformações no território nacional, produziria, também, a intensificação e dispersão dos movimentos migratórios apresentados, num quadro cada vez mais complexo. que marcará os momentos seguintes.

Um segundo período, também dividido em fases, marca o intervalo entre 1970 e 1990. Camarano e Abramovay (1999: 10), chamam a esse período de *“o Sul em busca do Norte”*, em que grandes movimentos somam-se aos já existentes, como o do Nordeste para o Sudeste e o êxodo rural, particularmente no Sudeste, onde, entre 1970 e 1980, foi impulsionado pela mecanização da lavoura, pela pecuarização e pela continuação da dissolução das colônias nas fazendas, ao mesmo tempo em que se estruturava um mercado de trabalho urbano (figura 2). Nessa década, do Nordeste sai um significativo fluxo, integrado às políticas oficiais de colonização da Amazônia, para onde é direcionada boa parte dos migrantes nordestinos, destinados a serem peões de obras de infra-estrutura ou a serem empregados nos grandes projetos agropecuários e extrativistas. A política oficial de povoamento da Amazônia demonstrou-se um efetivo movimento de esvaziamento de áreas explosivas socialmente como as áreas em que haviam atuado (antes da repressão derivada do golpe militar de 1964) as ligas camponesas Prometia-se levar *“homens sem terra, para a terra sem homens”* em que as terras *“vazias”* da Amazônia (na verdade já ocupadas por posseiros, índios e apropriadas pelo capital especulativo) funcionavam como válvula de escape para as tensões sociais geradas pela reivindicação de uma reforma agrária. Na verdade transferiram-se os conflitos das áreas antigas para as áreas de ocupação recente (fronteira *“agrícola”*) da Amazônia, onde esses migrantes vão ficar à mercê dos empreiteiros de obras, dos

latifundiários e das mineradoras, sem qualquer possibilidade de acesso à terra. Foi preciso desmontar a imagem da Amazônia como vazio demográfico, integrando-a à lógica do capitalismo internacional e, como nos demonstra Gaudemar (1977), incentivar a maior mobilidade populacional que o país já vivera, desta vez integrada ao aumento da produtividade do trabalho e à expansão horizontal (extensiva) do capital.

O maior número de nordestinos, entretanto, continua a se dirigir para o Sudeste onde se ocupam das grandes obras (metro, estradas, pontes, represas hidroelétricas). No total, deixaram o Nordeste, nessa década, 5 milhões de migrantes, deslocados pela pecuarização e, fundamentalmente, pela expulsão generalizada de “moradores” das fazendas de cana-de-açúcar na trilha da expansão da legislação trabalhista no campo.

Outro fluxo de longa distância que merece destaque é o de sulistas para a Amazônia, para o Centro-Oeste e para o Oeste da Bahia. Esse movimento dos “gaúchos”⁷ foi impulsionado por políticas governamentais e por empreendedores particulares que lotearam seus estoques de terras. Sem-terra, deslocados pela construção de grandes barragens, agricultores que venderam suas pequenas terras no Sul, pequenos capitalistas, se dirigiram (e foram dirigidos pela propaganda) para essas áreas. A mecanização das lavouras, a ampliação da área média das propriedades a ela integrada, a perda da terra por endividamento, a introdução de culturas altamente poupadoras de mão-de-obra, respondem por grande parte desses deslocamentos. Para Camarano e Abramovay (1999: 11), *“numa região em que é muito importante o peso social da agricultura familiar, as altas taxas de fecundidade das décadas anteriores foram suficientemente altas para que se reduzissem significativamente as possibilidades de criação de novas unidades produtivas na própria região, para aqueles (ainda numerosos) que desejavam continuar na profissão dos pais”* Esses migrantes constituíram-se em sujeitos sociais diferentes dos migrantes nordestinos (que nada possuíam). Os sulistas, em geral, contavam com um capital mínimo para bancar o deslocamento e a instalação (compra ou algumas prestações na aquisição dos lotes). Assim foram estes os preferidos para constituir os “clientes” dos projetos de colonização.

Para Santos (1994: 27), esse processo de colonização de novas terras, na Amazônia e no Centro-Oeste, caracterizou-se por uma enorme irracionalidade agrônômica, econômica e social, acompanhada por uma evidente racionalidade política e ideológica. Tratava-se de deslocar o eixo da questão agrária e controlar autoritariamente as populações alocadas nas

⁷ Gaúchos passou a ser o termo genérico pelo qual se conhecem todos os sulistas (paranaenses, catarinenses e gaúchos) que se deslocaram Brasil a fora, em busca de terras para cultivos, quase sempre de grãos (soja, trigo) mas, também, de outros produtos (café, cacau), em terras baratas dos cerrados do Brasil central ou da borda meridional da floresta amazônica.

novas terras. Nem sempre esses projetos foram bem sucedidos. As dificuldades de comercialização da produção obtida, a precariedade da infraestrutura viária e das condições médico-sanitárias, a insuficiente assistência técnica à agricultura em áreas ecologicamente a ela pouco favoráveis, a não concretização das promessas de uma vida melhor efetuadas pela propaganda oficial, justificaram intenso crescimento urbano nas áreas de fronteira e um significativo movimento de retorno ao Sul.

Prossegue, o mesmo autor, ao lembrar que os atos coletivos de retorno das áreas de colonização na Amazônia adquiriram um significado de recusa desse projeto autoritário.

Uma outra fase do período 1970-1990 delinea-se na década de 1980. Nessa fase percebem-se vários movimentos integrados à nova conjuntura de crise da economia nacional. A inflexão do crescimento metropolitano, o aumento das migrações de curta distância, a importância das migrações de retorno, o esgotamento das migrações para a fronteira “agrícola” na Amazônia, a diminuição do ímpeto das migrações inter-regionais (Sales e Baeninger, 2000: 39), passam a caracterizar os anos 80 e, principalmente os anos 90.

Ainda de acordo com Camarano e Abramovay (1999: 11), o padrão que imperou na expansão da fronteira “agrícola” em direção ao Centro-Oeste (e que determinou a importância da região na oferta nacional de grãos) responde, em grande parte pelo seu esvaziamento demográfico rural nos anos 80. O cultivo de soja mecanizada no cerrado e a pecuária não se constituem em atividades que demandem significativas cifras de mão-de-obra.

Ao esvaziamento do meio rural da região, somam-se os retornados para o Sul oriundos dos projetos de colonização no Mato Grosso e em diversas áreas da Amazônia.

Entretanto as reduzidas alternativas a eles apresentadas ao retornarem para sua região de origem, onde a possibilidade de inserção, tanto na economia rural como na urbana, somadas à negação do Norte como horizonte futuro, empurraram-nos para engrossar as fileiras dos que se recusaram a ir embora da região (os que perderam a terra por endividamento, os deslocados pelas grandes barragens) e que se organizaram e organizam na luta pela terra, na própria região Sul, ao exigirem áreas para plantar e não indenizações. Nesse aspecto, a experiência e desencanto com a transferência para novas terras, recusando as políticas de colonização, reforça o movimento dos sem-terra no Sul, e no país inteiro, tornando-o o fato social mais importante das duas últimas décadas, no Brasil.

Figura 2 - Os grandes fluxos para o Sudeste e para a Fronteira “Agrícola”

1970-1990
A marcha para o Oeste



Fonte: Revista *Veja* de 7/9/1994 (adaptação do autor).

Um movimento que merece destaque é o êxodo rural no Nordeste, onde 5,4 milhões de nordestinos deixaram o campo nessa década. É o maior movimento desse período e se dirige, sobretudo, para o Sudeste (1,1 milhão segundo os autores supra-citados, quer dizer muito menos do que nas décadas anteriores), mas, também, para as cidades de pequeno e médio porte da região Nordeste. A crise de emprego nas grandes metrópoles nacionais de forte repercussão na mídia, a violência e o quadro geral de recessão econômica, parecem apontar para um novo padrão migratório: o predomínio dos movimentos de curta distância sobre os longos deslocamentos.

Assim o que se pode observar foi um planejamento territorial nacionalmente integrado com crescente valorização do capital e da racionalidade técnica, em que um conjunto de programas, nos quais as migrações internas tiveram lugar de destaque, se impuseram às particularidades regionais. Tais programas só perderam destaque em meados dos anos 80. Como escreve Vainer (2000:26), ao tratar deste assunto, “*Seria possível identificar algumas características que emergem do processo de elaboração que vai conduzir à aprovação, em 1980, do Programa Nacional de Apoio às Migrações internas. Em primeiro lugar, cabe destacar o consenso mais ou menos universal quanto à necessidade de ocupar as fronteiras e reduzir os fluxos em direção às Regiões metropolitanas,*

favorecendo a descentralização populacional que deveria acompanhar a descentralização das atividades econômicas”. Fica patente, aí, o dirigismo da política migratória, centralizada e fortemente marcada por uma concepção nacional de território e nação. As articulações da dinâmica inerente à reprodução ampliada do capital e a intervenção oficial no território, buscando maximizar aquela reprodução, desnudaram a relação entre migrações internas e ação do Estado, até então pouco explicitada. As formas atuais da mobilidade populacional, reafirmam, muitas vezes pela negativa, tal relação.

O último período que abordaremos neste trabalho refere-se aos anos 90, nos quais os movimentos já anteriormente enunciados, se apresentam claramente delineados mas voltados para duas direções diferentes; regiões onde o êxodo rural ainda é muito marcante (como o Nordeste) e de onde se deslocam contingentes numericamente significativos, e regiões, como o Sudeste e Sul, com forte mobilidade interna mas onde o êxodo rural declina e, até mesmo, se percebem sinais de migrações urbano-rurais, marcando um ainda tímido retorno ao campo. Em linhas gerais, percebe-se que os anos 90 consolidaram (e o censo de 2000 o confirmou) duas vertentes complementares do atual movimento de distribuição da população no território brasileiro: por um lado, a centralidade do Sudeste no processo migratório nacional, com algumas migrações de retorno aos estados de origem; por outro lado, prossegue a diminuição das migrações de longa distância, nas quais o Nordeste ainda se destaca.

De acordo com o mais recente censo demográfico (IBGE, 2000) e representado na figura 3, pode observar-se uma série de mudanças se estabelecermos comparações com os períodos anteriores.

Do Nordeste sai um fluxo importante para o Sudeste, fundamentalmente dirigidos para São Paulo. Da Bahia saíram 518 036 pessoas entre 1995 e 2000; de Pernambuco 280 290, no mesmo período; da Paraíba saíram 163 485, apenas para exemplificar e para dar sentido ao direcionamento mostrado no mapa acima. São cifras muito inferiores às apresentadas nas últimas décadas, mas ainda significativas. O censo não mostrou fluxos importantes de longa distância para outros destinos.

Assim ficou claro o “esgotamento” da fronteira como área de recebimento de migrações. Não há fluxos significativos a ela destinados. O movimento que aparece evidenciado no mapa acima refere-se apenas ao estado do Maranhão, que enviou 274 469 emigrantes para o Pará, e que justifica o direcionamento representado, mas não justifica falar de fluxos para a fronteira. Ao que parece o Pará é apenas uma passagem para o Amapá, este sim com um forte crescimento relativo das entradas de migrantes, nos últimos cinco anos.

Figura 3 - Hoje. A diminuição dos fluxos de longa distância e a emergência dos pólos regionais como catalisadores dos movimentos de curta distância



Fonte: Revista *Veja* de 7/9/1994; Censo Demográfico 2000, IBGE. (Adaptação do autor).

A migração de retorno ocorre, particularmente, de São Paulo para o Nordeste e para Minas Gerais. Embora com saldo migratório positivo, São Paulo perdeu 883 885 pessoas em fluxos de retorno, direcionados para diversos estados e, por isso, não representados no mapa acima.

Observamos no mapa apresentado o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito intra-regional, evidenciados, como modelo, no mapa (não quantificados efetivamente) pelas metrópoles regionais (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte) e por cidades do interior como Palmas, Balsas (no Maranhão), Ribeirão Preto (que evidencia os importantes fluxos migratórios para o interior de São Paulo), Barreiras (no oeste da Bahia) e Petrolina (no interior de Pernambuco, junto ao rio São Francisco), por exemplo.

Embora pareça que continuamos a enfatizar o velho binômio origem-destino (e, assim, fugir às recomendações de Sayad), pensamos que ainda é necessário demonstrar a importância dos “fluxos” como evidência das transformações intensas por que passam os deslocamentos populacionais no Brasil.

Por isso mesmo é que demos destaque aos movimentos de curta distância, de difícil quantificação, mas detectados em pesquisas locais, efetuadas pelos autores citados e outros. Nessa linha citamos os diversos

nomadismos que marcam alguns deslocamentos migratórios, a partir de 1990 e que são de difícil mensuração estatística. Os mais conhecidos são os trecheiros e os pardais (Brognoli, 1997, p. 29). Para esse autor, trecheiros são andarilhos que não restringem seus percursos, antes, percorrem todo o país e países vizinhos, sem qualquer planejamento e sem se deter por muito tempo em qualquer lugar. Pegam trabalhos esporádicos como estratégias de sobrevivência.

Já os pardais, para o mesmo autor, percorrem trajetos mais restritos, mantendo-se nos limites de uma cidade ou cidades vizinhas. Chamam-se pardais por que, como estas aves, não se distanciam muito de seus ninhos. Tanto uns quanto os outros são vistos como mendigos, ladrões, parasitas, mas, por outro lado, vivem uma territorialidade conquistada e construída autonomamente, mesmo que isenta de pontos de partida e de chegada (muitas vezes com fracassos sucessivos na tentativa de instalação social e espacial), como nos mostra o autor referido.

Por mais paradoxal que possa parecer, em tempos de neoliberalismo, a ação do Estado continua a ser importante como agente interventivo nos movimentos migratórios.

Se, por mais de um século, funcionou como estimulador das migrações internacionais e dos deslocamentos internos para áreas de recente incorporação à lógica das relações capitalistas, nas últimas décadas sua ação se faz sentir, através das “agências de desenvolvimento” como deslocalizador de camponeses e índios (desalojados para a construção de barragens) e como limitador à livre circulação de pessoas, no caso das prefeituras que impedem ou desestimulam a instalação de migrantes nos territórios por elas administrados.

Percebe-se, como nos lembra Vainer (2000:29), que *“estamos, agora, nos antípodas daquelas políticas que, desde o Império, passando pela Marcha para Oeste, mobilizavam populações para ocupar o território; agora podemos dizer que se trata de mobilizar população para desocupar o território”*. Assim a população excedentária passa a ser vista como um obstáculo à valorização do território. São muitas as evidências deste fato e basta lembrar o destaque que a mídia tem dado à idéia de que as migrações promovem (ou pioram) a crise habitacional, o desemprego e a violência nas metrópoles. A visão utilitária do exército de reserva é substituída por uma massa de indivíduos, precariamente incluídos, que “sobram” e que nem a função clássica de reguladores do salário desempenham, pois resultam de um movimento de precarização do trabalho (e ausência de emprego). Eventualmente podem ser aproveitados, mas, na maioria das vezes, apenas desenvolvem estratégias de sobrevivência, muitas vezes uma resistência, uma possibilidade de permanecer ou ser expulso, que se expressam em territorializações precárias e desterritorializações frequentes.

Vainer (2000:29) fala do que “*parece ser a renúncia definitiva do estado central ao estabelecimento de estratégias e políticas territoriais em escala nacional*” e que desenvolvem-se intervenções fragmentárias e violentas em pequenas e médias cidades que têm formulado e aplicado políticas ativas de segregação e fechamento do território urbano a migrantes, mimetizando processos correntes em escala internacional. O mesmo autor prossegue afirmando que “*e assim, o que à primeira vista poderia ser descrito como forma de autogestão territorial por uma comunidade urbana, se revela atualização de tendência global de controles, cada vez mais restritos, à livre circulação de indivíduos e ao uso de violência – física e/ou simbólica – para fechar espaços*”.

Para tornar mais complexo o estudo das migrações internas no Brasil não podemos deixar de percebê-las como movimentos que interagem com uma crescente e nova mobilidade internacional que se manifesta em nosso país.

É Sales (2000> 39) quem chama atenção para o fato de que a partir dos anos 1950 encerra-se a nossa tradição histórica de país acolhedor levando os estudiosos, nas décadas seguintes, a trabalharem com a população brasileira como se fosse “fechada” em que a participação de estrangeiros ou a saída de nacionais pouco significado apresentavam. Entretanto, a partir de meados dos anos 1980 a emigração passou a se destacar como uma questão social e demográfica.

São deslocamentos crescentes e diversificados que ocorrem de países pobres para países mais ricos e estão ligados à recente dinâmica do capitalismo caracterizada pela produção globalizada, pela flexibilização dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo e dos processos produtivos.

Fala-se de fluxos que envolveriam desde 1,4 milhões de brasileiros no exterior até 2 milhões. Os que se dirigem para os Estados Unidos, para diversos países da Europa e para o Japão caracterizam um fluxo migratório laboral inserindo-se no setor secundário do mercado de trabalho – trabalhos de limpeza doméstica, na restauração e na construção civil (Sales, 2000: 41). Os que emigram para o Japão inserem-se, sobretudo, no setor industrial, contratados por pequenas empresas, sem qualquer perspectiva de ascensão profissional.

Há, ainda, migrações fronteiriças, algumas já tradicionais como a que ocorre para o Paraguai desde os anos 1970, constituída por migrantes rurais que caracterizam uma continuidade do avanço da fronteira “agrícola” da região Sul, ultrapassando a fronteira política entre o Brasil e o Paraguai. São empresários rurais, pequenos proprietários ou trabalhadores rurais sem terra desapropriados pelo processo de tecnificação da agricultura na região Sul do Brasil. Haesbaert e Silveira (1999: 5) lembram que “nos anos 70, o *boom* da soja levou tanto grandes capitalistas quanto pequenos produtores brasileiros

para o leste paraguaio, fluxo que seria mantido, com idas e vindas, até os anos 90. A migração para áreas rurais dos vizinhos do Mercosul, se completa, na década de 90, com a fronteira agrícola do binômio arroz-pecuária expandindo-se do Rio Grande do Sul para o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre-Rios, na Argentina”. Os autores referidos falam em 250 000 migrantes para o Paraguai, 20 000 para a Argentina e 10 000 para o Uruguai e dizem que a intensidade, as contradições e a complexidade desse processo migratório, onde se inclui até mesmo já migrações de retorno, devem levar ao estabelecimento urgente de uma legislação reguladora comum para esses movimentos no âmbito do bloco regional.

Para fechar este breve relato dos movimentos migratórios no Brasil devemos mencionar as novas imigrações para o Brasil. Na entrada recente de estrangeiros no país, destacam-se aqueles com origem na Ásia (especialmente coreanos) e na América Latina (bolivianos e peruanos), fluxos onde predomina como destino a cidade de São Paulo (Sales, 2000: 42).

No atual sistema de produção, no ramo de confecções, os coreanos possuem pequenas oficinas de costura, onde empregam muitos trabalhadores (coreanos e bolivianos) e desenvolvem práticas de exploração do trabalho, em pagamento por peça, onde se substituem os que têm sua situação regularizada por recém-chegados geralmente clandestinos.

Os angolanos constituem outro fluxo de estrangeiros entrados no Brasil, particularmente nos anos 1990 podendo ser situado no contexto das migrações forçadas por situações de guerra e conflitos armados, conforme Petrus, (2001), podendo, assim, muitas vezes, assumir o caráter de refugiados. São jovens, solteiros, fugindo do recrutamento militar, estudantes de classes mais favorecidas em Angola que, às vezes, vindos como turistas, aqui permanecem como imigrantes ilegais, sobrevivendo do envio para seu país de origem de pequenas quantidades de bens de consumo. Segundo a autora supracitada, este movimento, caracteriza-se por ser fortemente marcado por uma complexa tensão entre coerção e liberdade e por sua dupla dimensão de fato coletivo e individual.

Considerações Finais

O que gostaríamos de ressaltar como fecho do trabalho é a complexidade dos deslocamentos migratórios, em que todas as linhas analíticas que abordamos na primeira parte parecem se superpor e atuar conjuntamente como explicações para os movimentos estudados. Num trabalho tão generalista como este, acabamos, sem o querer, por enfatizar os enfoques neo-clássico e histórico-estrutural, onde a abordagem individual e

mesmo grupal, pouco ou nada, são contempladas. A dimensão simbólica, tão importante para se compreender a lógica das representações sobre os grupos de imigrantes por parte das sociedades de acolhimento, foi apenas esboçada. A autonomia em relação às determinantes materiais das condições sócio-econômicas dos imigrantes, ficou subsumida nas análises privilegiadoras da macroestrutura. Entretanto, longe de considerarmos tais aspectos como limitadores do trabalho apresentado, consideramo-los como desafios à continuidade da análise na escala escolhida, na qual, agora, essas outras dimensões não puderam ser destacadas.

Para se perceber o brasileiro como emigrante-imigrante, isto é, como fato social e não como simples experiência individual transitória, como nos lembra Sayad, é preciso compreender as múltiplas dimensões do processo migratório – econômica, político-ideológica e sócio-psicológica – quer dizer, a experiência coletiva da mobilidade populacional partilhada por uma nação de migrantes internos, imigrantes e emigrantes em que os espaços de emigração e de imigração estarão sempre vinculados.

Bibliografia

- BADIE, B.; WENDEN, C.W. de (1993), *Le Défi Migratoire, questions de relations internationales*, PFNSP, Paris.
- BARROS, Andrea (1994) – “O País se Assenta”, *VEJA*, 7/9/94, Editora Abril, São Paulo.
- BASSANEZI, Maria Silvia (1996), “Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico”, in PATARRA, Neide (coord), *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, FNUAP, São Paulo.
- BRITO, Fausto (1996), “Os Povos em Movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo”, in PATARRA, Neide (coord), *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, FNUAP, São Paulo.
- BROGNOLI, Felipe Faria (1997) – “Trecheiros e Pardais: Trajetórias Nômades”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano X, n.º 27, Janeiro/Abril, pp. 29-33.
- BRUNEAU, Michel (1995), *Diasporas*, GIP RECLUS, Montpellier.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo (1999), “Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos”, *Texto para Discussão* n.º. 621. IPEA, Rio de Janeiro.
- FAISSOL, Speridião (1973), “Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico”, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, Ano 35, n.º. 2, Abril/Junho, pp. 3-102.
- FIORI, José Luiz (2001), “Para um diagnóstico da “modernização” brasileira”, *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, Ano XIX, n.º. 212, Julho, São Paulo.
- GALLOIS, Dominique Tilkil (2000), “Sociedades Indígenas em Novo Perfil – alguns desafios”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano XIII, n.º. 36, Janeiro/Abril, pp. 5-10.
- GAUDEMAR, Jean Paul de (1977), *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*, Editorial Estampa Lda., Lisboa.
- HAESBAERT, Rogério e SILVEIRA, Marcelus (1999), “Migração Brasileira no Mercosul”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano XII, n.º. 33, Janeiro/Abril, pp. 5-10.
- IBGE (2000) – *Censo Demográfico*. IBGE, Rio de Janeiro.
- KING, Russell (1995), “Migrations, Globalization and Place”, in MASSEY, Doreen; JESS, Pat, *A Place in the World ? Places, Cultures and Globalization*; The Open University, Oxford.

- PETRUS, Maria Regina (2001), “Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil, Jovens Imigrantes Angolanos no Rio de Janeiro: História(s), Trajetórias e Redes Sociais”. Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro.
- POVOA NETO, Helion (1995), “Migration and Labour Mobility in Contemporary Brazil : New Challenges for Analysis”, *The European Geographer*, Associação dos Jovens Geógrafos de Lisboa, n.º 9, pp. 44-52.
- POVOA NETO, Helion (1997), “Migrações Internas e Mobilidade do Trabalho no Brasil Atual. Novos Desafios para a Análise”, *Experimental*, USP, São Paulo, n.º 2. março, pp. 11-24.
- RUA, João (1995), “Emigrar é Preciso”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, n. 21, Janeiro/Abril, pp. 42-45.
- RUA, João (1997), “Repensando a Geografia da População”, *GeoUERJ - Revista do Departamento de Geografia, UERJ, Rio de Janeiro*, n.º 1, 1º sem. pp. 57-72.
- RUA, João; WASZKIAVICUS, Fernando; POVOA Neto, Helion; TANNURI, Regina Petrus (1993), *Para Ensinar Geografia*, Access Editora, Rio de Janeiro.
- SACHS, Ignacy (2001): “Quo Vadis, Brasil?”, in: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo César (Orgs.), *Brasil: um Século de Transformações*, Companhia das Letras, São Paulo.
- SALES, Teresa (1994), “O Brasil no Contexto das Recentes Migrações Internacionais”, in: LAVINAS, L; CARLEIAL, L; NABUCO, M. (orgs.), *Integração, Região e Regionalismo*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana (2000), “Migrações Internas e Internacionais no Brasil”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano XIII, n. 36, Janeiro/Abril, pp. 33-44.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (1994), “Os “Retornados”: Gaúchos que Voltaram da Amazônia”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano VII, n.º 19, Maio/Agosto, pp. 15-32.
- SAYAD, Abdelmalek (1998), *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, Edusp, São Paulo, 300 p.
- SINGER, Paul (1975), “Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo”, in SINGER, Paul, *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense/CEBRAP, São Paulo, pp. 29-60.
- VAINER, Carlos Bernardo (2000), “Estado e Migrações no Brasil: Anotações para uma História das Políticas Migratórias”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, ano XIII, n.º 36, Janeiro/Abril, pp. 15-32.
- VAINER, Carlos Bernardo (1996), “A Violência como Fator Migratório. Silêncios Teóricos e Evidências Históricas”, *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, n. 25, Maio/Agosto, pp. 16-32.